

Igreja de São José, Coimbra: história da sua construção*

JOÃO ALVES DA CUNHA



Universidade Católica Portuguesa, Centro de Estudos de História Religiosa (UCP-CEHR), Portugal

<https://orcid.org/0000-0002-7399-4822>
joaoalvesdacunha.arq@gmail.com

Resumo: A Igreja de S. José em Coimbra, inaugurada a 19 de março de 1962, deve o seu traço ao arquiteto Álvaro da Fonseca, ao tempo funcionário da Direção Geral dos Serviços de Urbanização. A história da sua construção ficou marcada pelas muitas contrariedades que se sucederam desde que, em 1939, foi decidido substituir a então recém-inaugurada, mas já demasiado pequena, Igreja de S. José do Calhabé. Depois de rejeitado um primeiro estudo do arquiteto Alfredo Duarte Leal Machado, em 1945 foi o arquiteto Januário Godinho convidado a elaborar o projeto da nova igreja. A modernidade do projeto que apresentou, inspirado em modelos franceses recentes, deu origem a uma discussão paradigmática da contenda existente à época em Portugal relativa aos modelos arquitetónicos que se deviam construir neste país. De um lado, os defensores dos modelos modernos – como o arquiteto Porfírio Pardal Monteiro, que votou sozinho a favor do projeto de Januário Godinho; do outro, os defensores do “Português Suave”, arquitetura supostamente nacional, defendida à cabeça pelo Ministro das Obras Públicas, que elegeu as igrejas neo-tradicionistas das Caldas da Rainha e do Bombarral, como modelos a seguir.

Palavras-chave: Estado Novo, Igreja Católica, Coimbra, arquitetura religiosa moderna, Português Suave.

Church of São José, Coimbra: history of its construction

Abstract: The Church of S. José in Coimbra, inaugurated on March 19, 1962, owes its lines to the architect Álvaro da Fonseca, at the time an official of the Direção Geral dos Serviços de Urbanização. The history of its construction was marked by the many setbacks that happened since, in 1939, it was decided to replace the then recently opened, but already too small, Church of S. José do Calhabé. After a first study by the architect Alfredo Duarte Leal Machado was rejected, in 1945 the architect Januário Godinho was invited to elaborate the project of the new church. The modernity

* A seguinte nota de investigação teve como fontes escritas documentais o Arquivo da Igreja de São José de Coimbra (Nova Igreja de S. José, Coimbra - Estudos dos Arquitectos Leal e J. Godinho; Projetos do Arquitecto Álvaro da Fonseca - Igreja e Centro Paroquial Igreja de São José - sede para os escuteiros) e o Arquivo Histórico da Direção Geral do Território (PP_ Construção da Igreja da Freguesia de S. João em Coimbra). Quanto às fontes escritas publicadas veja-se: João Castelhamo; Mário Nunes; João José Rebelo – *S. José - Coimbra: 75 Anos de uma Paróquia Viva*. Coimbra: Diocese de Coimbra – Paróquia de S. José, 2008; Marco Daniel Duarte – *O Vitral da Ressurreição da Igreja Paroquial de São José de Coimbra: exegese iconográfica da última obra de Augusto Nunes Pereira*. Coimbra: Gráfica de Coimbra, 2004; Casiano Floristán – *Para compreender a paróquia*. Gráfica de Coimbra, s.d.

of its project, inspired by recent French models, gave rise to a discussion paradigmatic of the existing dispute in Portugal regarding the architectural models that should be built in this country. On the one hand, the defenders of modern models - such as the architect Porfírio Pardal Monteiro, who voted alone in favor of the Januário Godinho project; on the other, the defenders of “Português Suave”, a supposedly national architecture, defended by the Minister of Public Works, who elected the neo-traditionalist churches of Caldas da Rainha and Bombarral, as models to follow.

Keywords: Estado Novo, Catholic Church; Coimbra, modern religious architecture, Português Suave.

1.

S. José do Calhabé é uma paróquia recente na já milenar Diocese de Coimbra, criada no século VI. Constituída a 16 de julho de 1932 por Decreto do Bispo de Coimbra D. Manuel Luís Coelho da Silva, viu erguer-se a sua primeira matriz ainda naquele ano, a igreja de S. José do Calhabé, construída com autorização daquele prelado e por ele benzida no dia 16 de outubro de 1932. Situada onde hoje se encontra a faixa ascendente da Rua dos Combatentes da Grande Guerra, com orientação sul-norte, destacava-se na sua arquitectura a fachada com torre sineira central de influência Arte Deco. Edifício estreito e de pequenas dimensões, desde logo se considerou pouco adequado para as exigências de uma paróquia em franco crescimento. Em nota escrita, D. Manuel registou que “tinha recomendado que fosse igual, em comprimento e largura, à de Santo António dos Olivais; por equívoco não ficou assim. Quanto ao resto conseguiu-se o que se pode nas circunstâncias presentes. Até a própria aprovação da planta foi difícil por ser duma igreja”. E na bênção do edifício comentou: “É pequena? É grande? Infelizmente não é como se desejava.” Não surpreende, por conseguinte, que a 15 de junho de 1939, apenas sete anos volvidos, a Comissão do Culto Católico da Freguesia de S. José tenha decidido promover a construção de uma nova igreja, sendo à época o bispo da Diocese, D. António Antunes.



Fig. 1.

Igrejas de S. José, velha e nova em construção (c.1962).

Fonte: <https://www.pinterest.pt/pin/448248969154149659/>

2.

A 14 de dezembro do ano seguinte apresentou o arquiteto Alfredo Duarte Leal Machado¹ um primeiro estudo para a futura igreja de S. José do Calhabé, em localização, segundo a memória descritiva, determinada pelo Urbanista E. De Groër. No mesmo documento, o autor caracterizou a arquitetura que propunha para a igreja como “sóbria, pois as suas linhas gerais não são pretensiosas, sem no entanto deixarem de ser harmoniosas”. No entanto, “como esta freguesia se encontra num vale”, o arquiteto sentiu necessidade de situar à direita da fachada uma torre com 30 metros de altura. De igual modo fez questão de referir que “dentro desta simplicidade [a igreja] terá motivos enriquecidos, como seja o pórtico da entrada, todo em baixo relevos, com motivos alegóricos à vida de S. José; nas janelas e frestas, vitrais; altares e púlpitos com baixos relevos, decorados com motivos à vida do Santo que o mesmo altar representa; tanto na nave, como no transepto, como na capela-mor levará *paneaux* de azulejos decorativos e pinturas alegóricas.” Para elaborar todos estes conjuntos propunha que fossem convidados os melhores artistas portugueses, sem nomear nenhum.

Quanto à planta da igreja, também esta foi descrita como simples, “feita como tantas outras dentro da forma Cruz Latina”. Era composta de uma grande nave central e duas laterais com três capelas cada, a que se juntavam mais dois altares nos topos do transepto. O estudo desta igreja, que ocuparia uma área de 1.000m² e

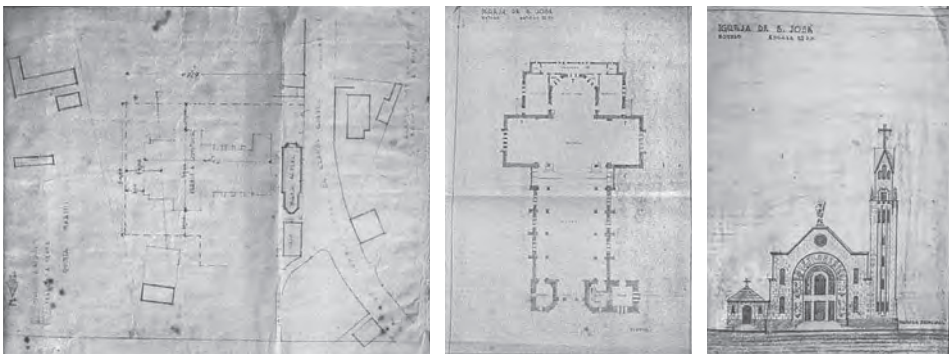


Fig. 2. Igreja de S. José, estudo prévio. Plantas e alçado principal (Arq. Alfredo Leal, 1940).

Fonte: Arquivo da Igreja de S. José de Coimbra.

1 Alfredo Duarte Leal Machado (1904-1954) ingressou em 1921 no curso preparatório da Escola de Belas Artes do Porto (EBAP), onde seguiu para o Curso de Arquitectura, que terminou em 1932. A sua actividade profissional encontra-se ligada ao Porto e ao Norte de Portugal, mas sobretudo a Coimbra, onde foi vereador da Câmara Municipal de Coimbra, entre 1942 e 1945. Em 1939 iniciou o projecto para os Paços do Concelho de Espinho, sendo igualmente o arquitecto designado pelo Ministério das Obras Públicas para acompanhar a construção do edifício. Enquanto arquitecto da Delegação Norte da Direcção Geral de Edifícios e Monumentos Nacionais foi o autor (em colaboração com Manuel Lima Fernandes de Sá) do projeto do Pavilhão de Arquitectura da EBAP, inaugurado em 1954. No ano anterior participou na exposição de homenagem ao arquitecto José Marques da Silva, tendo apresentado quatro obras construídas: os interiores do Restaurante Abadia, no Porto, o Sanatório D. Manuel II, em Vila Nova de Gaia, e o Edifício das Obras Públicas e a Fábrica Triunfo, em Coimbra.

custaria 1.500.000\$00, ficaria então a aguardar os pareceres necessários para avançar para a fase de projeto definitivo.

Em carta de 20 de junho de 1941 dirigida ao Diretor Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, D. António informou que, em virtude de haver “nesta cidade de Coimbra, servindo o populoso bairro que constitui a freguesia eclesiástica de S. José, uma simples e acanhada capela a que damos o nome de igreja, importa[ndo], por isso, substituí-la (e urgentemente) por uma outra, ampla, confortável e que satisfaça as necessidades dos milhares de habitantes da paróquia”, tinha a honra de apresentar o estudo da nova igreja, para apreciação da Comissão de Revisão da Direção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais.

O estudo, que se apresentava como simples ideia ou intenção do autor, conheceu um parecer positivo da Comissão a 19 de novembro de 1941, que considerando-o apenas como esboço e intenção, julgou-o em condições “de poder servir de base a um projeto da obra que se pretende realizar”, fazendo notar que dado o custo elevado da obra das fundações naquele local, “a verba de 1500 contos estimada esteja aquém da necessária”. Este estudo, no entanto, acabou por não merecer a aprovação das restantes Repartições oficiais consultadas.

Pelo que, a 23 de outubro de 1943, D. António dirigiu-se preocupado ao Engenheiro Chefe da Secção de Melhoramentos Urbanos em virtude de, apesar da “Comissão [Pró-Construção] se não tem poupado a esforços e continua a empregá-los no sentido de o projecto para a construção (...) ser pronto antes de 30-6-44”, esta “tem encontrado sérias dificuldades na elaboração do projecto definitivo”. De modo que “tenciona até a Comissão oficial brevemente a Sua Excelência o Ministro no sentido de, dentro do seu alto critério, lhe indicar um técnico que possa elaborar um trabalho que satisfaça Sua Excelência e dê plena satisfação a todos os paroquianos”.



Fig. 3. Igreja de S. José, anteprojecto. Alçados e corte transversal (Arq. Alfredo Leal, c.1944).
Fonte: Arquivo da Igreja de S. José de Coimbra.

Foi assim que, na ausência de avanços, D. Manuel escreveu uma missiva ao Ministro das Obras Públicas e Comunicações a 1 de agosto de 1944, informando que apesar de se ter lutado imenso pela elaboração definitiva do projeto, “por circunstâncias que muito nos têm molestado e absolutamente alheias à nossa vontade, não foi possível concluí-lo até agora. (...) E agora, depois de factos ultimamente ocorridos, estamos plenamente convencidos da impossibilidade da sua elaboração, em Coimbra, por técnico que, independentemente das Repartições oficiais, satisfaça as exigências da 3ª cidade do País.” Por este motivo acaba solicitando que “como primeiro auxílio a obra de tão grande vulto, pela Repartição competente seja dada a assistência técnica para a elaboração do projecto.” Oito dias depois o pedido é indeferido pelo Engenheiro Chefe da Secção de Melhoramentos Urbanos, “embora, sob o ponto de vista profissional muito interesse aos técnicos desta Secção a prestação da Assistência Técnica para elaboração do projecto da obra (...), a acumulação do serviço a seu cargo, em parte, consequente da falta de pessoal, só com prejuízo de trabalhos já distribuídos permitirá que ela seja prestada”.

A troca de correspondência não se interrompeu nesta resposta e a 29 de outubro, D. António, dando conhecimento de que “fomos obrigados a rescindir o contracto feito com o architecto, pródigo em prometer e, ainda mais, em faltar”, solicitou nova prorrogação do prazo para apresentação do projeto definitivo, o que foi aceite, conforme atesta nova missiva do Bispo de Coimbra, datada de 21 de novembro de 1944, onde manifestou a sua “satisfação que é a de todos os que se interessam por aquele benefício, num local da cidade em que a população está a crescer extraordinariamente”. No entanto, faltava ainda encontrar quem pudesse desenvolver o trabalho de arquitetura. De modo que um mês mais tarde – a 20 de dezembro –, foi feito um novo pedido ao Ministro das Obras Públicas e Comunicações para a assistência técnica do Estado para a elaboração do projecto. A 7 de fevereiro de 1945, D. Manuel recebeu do Engenheiro Diretor Geral Manuel de Sá e Melo a resposta positiva, com a condição de que a Diocese teria de ficar responsável pelo pagamento de 50% da remuneração do técnico indicado pela Direção Geral dos Serviços de Urbanização. Dois dias depois, D. Manuel transmitiu a sua concordância. Agradeceu e solicitou a indicação do técnico que iria desenvolver o projeto da nova igreja de S. José. No dia 2 de março, o Engenheiro Chefe Alberto Saraiva e Sousa procedeu à informação de que se tratava do Arquitecto Januário Godinho, “residente na cidade do Porto”².

2 Januário Godinho de Almeida (1910-1990) estudou Arquitetura na Escola Superior de Belas Artes do Porto entre 1925 e 1930. Onze anos mais tarde obteve o diploma de Arquitecto com o estudo para o Hotel do Parque-Vidago, no qual já contemplou algumas das principais preocupações que o acompanharam ao longo da carreira, tais como a interpretação do lugar, as acessibilidades, a relação entre a paisagem e o espaço interior e a escolha de materiais.

Nos anos trinta do século XX iniciou o período de estágio, em colaboração com o arquiteto português Rogério de Azevedo, durante o qual projetou uma das suas mais importantes obras – o Mercado do Peixe, de Massarelos –, que denota influências da Art Déco e do neoplasticismo holandês. Durante a sua carreira distanciou-se de alguns dos modelos mais

3.

Pouco tempo depois, Januário Godinho deslocou-se a Coimbra para se encontrar com a Comissão Pró-Construção da Nova Igreja. Essa reunião deu origem a uma petição por parte da Comissão, dirigida a 30 de março de 1945 ao Engenheiro Diretor Geral dos Serviços de Urbanização, solicitando a retirada do estádio da proximidade da igreja, “obras nascentes que não podem conceber-se em guerra ou remoques de vizinhos importunos”.

“Examinámos, detalhadamente, o plano de urbanização do Bairro de S. José e vimos delineado e localizado um ESTÁDIO a cerca de 50 metros da futura Nova IGREJA! (Este é agora o nosso problema). Não se contesta que sejam ambos monumentos de valor e de larga visão do futuro. O que eles nos aparecem é com fins diferenciados e actividades bastante distintas. E assim, enquanto um, o primeiro, se destina a desportos e educação física sem poder excluir a competição ou desafio que, entre nós, dá a certeza do movimento, do berreiro, da algararra, do grito para não se dizer da praga, de tudo, enfim, que é gáudio da mocidade, o outro, esse tem de erguer-se para a educação cristã, com esse cortejo encantador de todos que hão-de entrar ali, para orar, para dar-se a Deus-Sacramento e recolher-se, concentrar-se, enlevar-se, fora do bulício do mundo, na veneração íntima e gozo místico das celebrações divinas do Verdadeiro Culto!...

Um, a vida do mundo... barulhenta! Outro, a vida do espírito, a cura da alma... silenciosa, emudecida!!... – Que vizinhança virão a fazer um ao outro dois monumentos assim?!...



Fig. 4.

Plano de Urbanização do Calhabé, Coimbra (Etienne de Gröer, 1944).

Fonte: http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2182-30302015000200011

recorrentes na Europa Central, optando por uma arquitetura que conciliava o moderno e o contemporâneo, a tradição e o sítio e que prenunciava o regionalismo crítico. Trabalhou um pouco por todo o país em diversificadas obras de arquitetura e urbanismo. Das muitas obras que criou destacam-se as construções para a Hidroelétrica do Cávado (anos 40 e 60), as pousadas no Norte, blocos residenciais, palácios de justiça, como o de Vila do Conde (1953), mercados como o de Ovar (1950), a Câmara Municipal e o Tribunal de Vila Nova de Famalicão (1961), a Estação da União Elétrica Portuguesa, no Porto (anos 50 e 60) e os planos de urbanização para a Baixa de Amarante (1965) e de Coimbra (1968).

Estamos em crer que o primeiro perturbará e prejudicará em muito o segundo, demais que as actividades de ambos serão mais intensas ao domingo, começando, para mais logo a junto da igreja o estacionamento dos automóveis. Acresce ainda a tudo isto, Exmo. Senhor, que, fazendo-se o estudo, in loco, ressalta, a contento da população e sem desprimor para ninguém, que o Estádio tem má localização por ficar a centro do círculo populacional do Bairro, parecendo de mais útil e aprazível beleza para todos, velhos e novos, substituí-lo, ali, por um Bosque de sombra e verdura, removendo-o a ele, stadium, mais para a periferia, onde tem terrenos muito apropriados”. Em resposta a esta exposição da Pró-Comissão, o Engenheiro Chefe Alberto Saraiva e Sousa informou D. Manuel a 13 de abril que sobre este assunto teriam de se “entender directamente com o architecto da Câmara Municipal de Coimbra, para estudar e proceder à escolha de um novo terreno, sem prejudicar o Plano de Urbanização”. Mas um novo terreno para a igreja, não para o estádio.

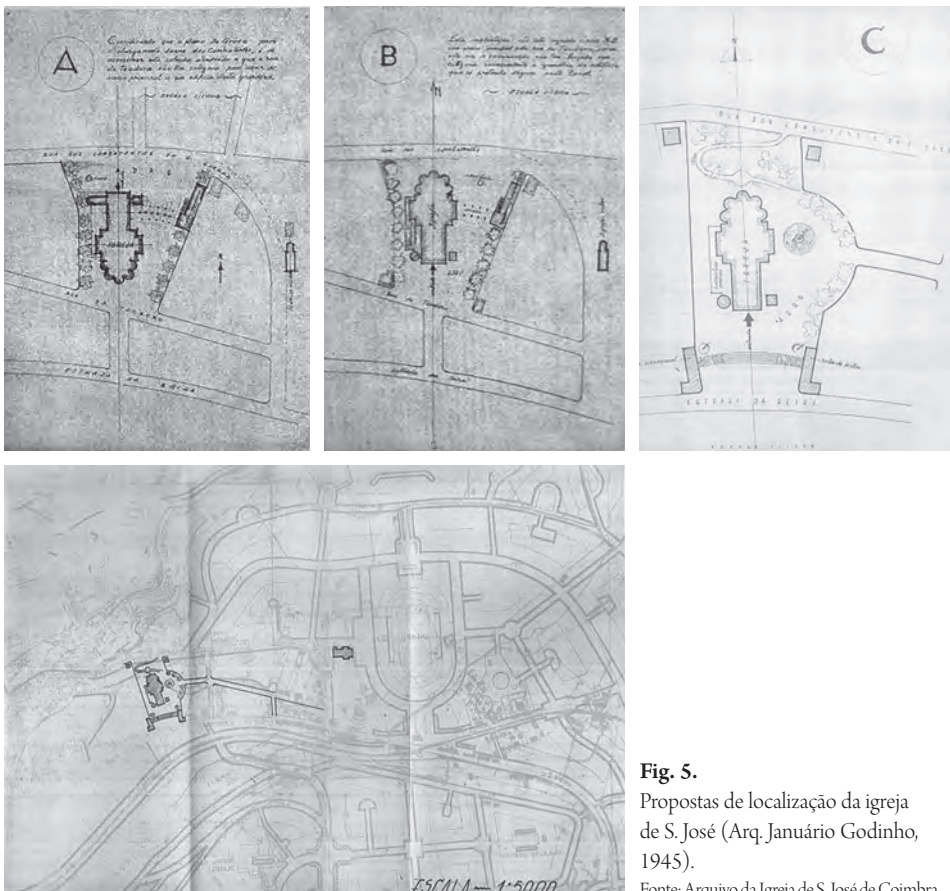


Fig. 5.
Propostas de localização da igreja de S. José (Arq. Januário Godinho, 1945).
Fonte: Arquivo da Igreja de S. José de Coimbra.

De modo que, Januário Godinho, em carta de 21 de junho dirigida ao Diretor Geral dos Serviços de Urbanização, informou que “dos terrenos indicados, escolhi aquele que parece mais favorável para a construção da igreja, embora o ambiente de quintais e traseiras de vários prédios não seja o cenário mais apropriado para um edifício desta categoria e grandeza, entretanto, espero que grandes massas de cedros venham suprir as deficiências do ambiente”. De igual modo, deixou a indicação que a Comissão pretendia edificar não apenas uma igreja, mas também “uma larga obra de assistência moral e social “Obra da Igreja”, e necessitando para tal fim instalações convenientes, salas de conferências, leitura, residência paroquial, etc., entendo que se deve proceder a um estudo de conjunto, embora a construir por fases, de tal modo que no futuro se possa colher bom resultado arquitectónico e urbano”.

No seguimento desta proposta, Januário remeteu nova missiva ao mesmo destinatário a 30 de julho, apresentando o estudo da nova implantação da igreja de S. José. O local escolhido situava-se entre a Avenida dos Combatentes da Grande Guerra e a Estrada da Beira, em terrenos denominados “Quinta das Alpenduradas”. Teria acesso por aqueles dois arruamentos e ainda por um prolongamento da Rua do Teodoro, sendo que a entrada principal se faria “por ampla escadaria ligada à Estrada da Beira, havendo também acesso directo pela Av. C. Grande Guerra, por rampas que descem pela encosta até à igreja. (...) À margem da estrada da Beira e a formar cunhais de enquadramento, ficam dois edifícios destinados, respectivamente, a residência paroquial e sala de festas, obra da Igreja, etc.”.

Este estudo respondia aos desejos da Comissão Fabriqueira, conforme carta do Pe. Aníbal Dias Pacheco, de 1 de agosto, dirigida ao Diretor Geral dos Serviços de Urbanização. A concordância da Comissão com o local escolhido por Januário Godinho para a nova igreja mereceu três justificações: “1) porque a igreja, no local referido, centralizará melhor, no futuro, a vida religiosa da paróquia; 2) porque, tendo em vista o estudo apresentado, só este afasta suficientemente a igreja do estádio; e 3) porque só aqui pode dispor-se do necessário terreno para obra de tão grande vulto. Acresce a circunstância de nos parecer que a igreja ficará mais majestosa no referido local”.

Opinião contrária manifestou a Câmara Municipal de Coimbra, através de parecer do arquiteto J. Câmara, com a data de 3 de setembro de 1945. “Verifica-se que a nova localização colocaria a dita [nova] Igreja fora da grande urbanização prevista para o Calhabé, que é, sem dúvida, a mais importante e mais rica que vai realizar-se dentro da cidade. Dentro da urbanização do Calhabé, a Igreja, tal qual como De Groër a localizou, ficaria a fazer parte integrante do conjunto, pelos alinhamentos, pela orientação, pela importância dos acessos, pela intenção arquitectónica. Em meu parecer, portanto, não deve tirar-se um edifício tão importante, como é a Igreja, do seio do futuro conjunto urbanístico, ao contrário, deve centralizar-se a sua

construção, em relação à grande expansão que está projectada. Além disso a nova localização vinha interromper um futuro arruamento projectado, e o acesso principal ao edifício seria pela Estrada da Beira, rua de doze metros de largura à qual o urbanista não deu importância, pois não desejou o seu alargamento, projectando uma grande avenida perto desta, um pouco mais ao sul, com vinte e seis metros de largura. Em face do exposto, em meu parecer, muito haveria a lucrar com que a nova Igreja fosse localizada por forma a que se evitassem todos os inconvenientes acima apontados”.

De igual modo, a disponibilização do terreno desejado revelou-se um problema inesperado para a Comissão. A 5 de setembro, o Pe. Aníbal Dias Pacheco dirigiu-se novamente ao Diretor Geral dos Serviços de Urbanização, o Eng^o. Manuel de Sá e Melo, “na esperança do possível auxílio e duma palavra já, sobre o assunto”. De facto, apesar de “a todos se nos afigura[r] como sendo o local mais apropriado à futura vida religiosa da paróquia”, surgira “a dificuldade da aquisição do terreno e para nós – simples entidade particular – talvez que dificuldade insuperável”.

“Depois de vários estudos e de exame directo feito pelo Arquitecto, Senhor Januário Godinho, encarregado da elaboração do projecto, apresentou-se-nos, como local apropriado, a quinta das Alpenduradas (...). Por isso, em devido tempo (...) entrámos em negociações para aquisição da parte necessária da referida quinta. Os respectivos proprietários responderam com as condições de que juntamos cópia e que, pelo exagero da base de avaliação [1.976.500\$00], equivalem a recusa formal de alienarem o terreno”. A quantia pedida levou o bispo de Coimbra, D. António Antunes, a desistir daquela localização, informação transmitida ao Eng^o. Manuel de Sá e Melo a 18 de outubro pelo Dr. Arnaldo de Miranda Barbosa, proprietário da quinta.

No entanto, e considerando que apenas devido ao exagerado valor de venda proposto, “– e só por isso – pareceu a Sua Ex^a. Rvma. o Senhor Bispo Conde que deveria desistir-se”, não desistiu o Pe. Aníbal Dias Pacheco daquele local. Alegando que “os estudos que depois se fizeram para escolha de um novo terreno, – atendendo não só à área actual da freguesia, mas também àquela a que vai ficar reduzida pela erecção de outra freguesia, nesta zona –, levaram-nos a insistir na ideia anterior, por se verificar que o terreno das Alpenduradas é o mais próprio para a localização da igreja”. Por este motivo voltou a dirigir-se ao Director Geral dos Serviços de Urbanização a 14 de fevereiro de 1946, no sentido deste “intervir, oficial ou oficiosamente, no sentido da aquisição do referido terreno pelo preço que for justo”.

De modo que a 26 de fevereiro um officio foi enviado pelo Eng^o. Manuel de Sá e Melo ao Dr. Arnaldo de Miranda Barbosa, que em resposta datada de 2 de março transmitiu que os proprietários da quinta consideravam “inaceitável a proposta que, tardiamente, lhes foi apresentada”, e apesar de reconhecerem e louvarem “a piedosa finalidade da obra, (...) sentem, contudo, não estar moralmente obrigados a um sacrificio que os levaria a completa ruina”. Mais acrescentou que

“S. Ex^a. Reverendíssima o Senhor Bispo-Conde, com seu recto espírito de justiça, compreendeu claramente a impossibilidade de adquirir para a nova Igreja a quinta das Alpenduradas e, portanto, a inutilidade de manter essa ideia”. De modo que “S. Ex^a. Reverendíssima, não só por justificados escrúpulos de ordem moral, mas ainda por se ter convencido de que não convém à freguesia tal localização da Igreja, retirou já à Comissão e ao R^o Pároco de S. José autorização para diligenciar em tal sentido (...). Por todos estes motivos, mas especialmente pelo último (...), deixou de apresentar fundamento de legitimidade toda e qualquer pretensão que a Comissão ou o R^o Prior possam ainda ter sobre a quinta das Alpenduradas”. E terminou dizendo que estas declarações podiam ser confirmadas por D. António Antunes.

A 24 de março de 1946 o Pe. Aníbal Dias Pacheco voltou a insistir junto do Diretor Geral dos Serviços de Urbanização a propósito do “pedido de interferência na aquisição do terreno necessário para a igreja de S. José”, mas a 1 de abril foi informado pelo Engenheiro Chefe Alberto Saraiva e Sousa de que “não concordando S. Ex^a Reverendíssima o Bispo Conde com a localização da Igreja na Quinta das Alpenduradas, pelo elevado encargo que representaria a aquisição do terreno, deverá V. Ex^a pôr de parte essa localização, por inviável”. E com este ofício se encerrou a disputa.

4.

Fixada a localização da nova igreja de S. José no terreno inicialmente previsto pelo Plano de Urbanização – entre o estádio e a igreja então existente –, Januário Godinho desenvolveu para aquele local um estudo de implantação da igreja, que apresentou a 23 de janeiro de 1947. Neste ensaio debruçou-se sobre duas orientações diferentes para a igreja, sendo que a primeira, no sentido nascente-poente, voltava a fachada principal para a Rua dos Combatentes. A norte contemplava um parque infantil e o “edifício da obra da Igreja – sala de conferências, refeitório, biblioteca, jogos e demais gabinetes anexos e necessários à completa e eficaz realização do programa que a «Obra da Igreja» se propõe levar a efeito”, enquanto a sul situava a residência paroquial, “enquadrada no conjunto geral e estabelecendo a transição entre o culto católico e a parte residencial que se estende para o sul”. A segunda possibilidade colocada por Januário Godinho propunha uma rotação de 90° do eixo principal da igreja, ficando esta orientada no sentido sul-norte. Nesta solução agrupou os vários edifícios do programa “de modo a criar um grande adro, espécie de vestíbulo aberto da Igreja”, em que “o edifício para a «Obra da Igreja» fica[va] como fundo do adro, a tapar do lado nascente as traseiras das casas com fachada para o Stadium”. A residência paroquial situar-se-ia no mesmo local que na primeira hipótese, sendo que entre esta e a “Obra da Igreja” existiria uma ligação “à maneira de «loggia», servindo de passagem coberta e abrigo”.



Fig. 6. Estudo para a implantação da igreja de S. José (Arq. Januário Godinho, 1947).
Fonte: Arquivo da Igreja de S. José de Coimbra.

Como vantagem significativa desta proposta foi apontado o facto de necessitar de menos área, deixando disponíveis dois lotes do lado do Estádio para construção de edifícios independentes. Neste desenho surgiu assim, pela primeira vez, a nova igreja com uma implantação paralela ao Estádio, “entre duas filas de cedros, única arborização permitida no pequeno parque que a rodeia”.

5.

Uma vez escolhida a segunda orientação para a futura igreja, Januário Godinho deu início ao anteprojecto, concebendo um edifício basilical de cariz moderno com largas referências à igreja de Notre-Dame de Raincy (1922-23), desenhada pelo arquiteto Auguste Perret (1874-1954). À semelhança da obra parisiense, a igreja de S. José de Coimbra seria construída em betão armado, material com que se ergueria um alto esqueleto estrutural. Libertadas das funções de carga, as paredes exteriores converter-se-iam em extensas grelhas luminosas de vidros e elementos decorativos em cimento. Na igreja de Notre Dame de Raincy, esta solução conferiu-lhe um ambiente profundamente etéreo – também devido ao espaço unificado que a estrutura de betão armado possibilitou – que lhe valeu o título de “Sainte Chapelle de beton armé”. A igreja de S. José pensada por Januário Godinho procurava certamente semelhante ambiente e luminosidade. Em termos formais, refira-se ainda que ao alto e longo volume proposto, com fachada tripartida e três portais de arco parabólico voltados a sul, se ligavam outros dois elementos litúrgicos individualizados e desta forma valorizados – a alta e esguia torre sineira, do lado nascente, e o baixo e circular batistério, do lado poente. Formava-se deste modo uma composição arquitetónica em equilíbrio assimétrico que era ainda acompanhada por um corpo linear que acomodaria diferentes atividades da paróquia e que não só definiria o adro, como também serviria de barreira entre este e o estádio. O custo total da obra foi estimado em 7.500 contos.

Apresentado o anteprojeto durante o ano de 1947, este foi alvo de um parecer muito positivo por parte da Direção Geral dos Serviços de Urbanização, escrito pelo arquiteto Álvaro da Fonseca a 28 de novembro. “Parece-nos que o anteprojecto é de boa concepção. Sente-se que desenvolvidos e concretizados em projecto, determinados pormenores, particularmente de carácter decorativo, que ora se adivinham, sentindo-se no entanto, já, o bom efeito que darão à obra de conjunto; que, mercê do equilíbrio com que todo o trabalho está esboçado, – conjugação de volumes, lógica na distribuição, harmonia com o local, feição intencionalmente serena no modernismo das suas linhas dominantes, virá o projecto definitivo a resultar numa obra condigna de se inscrever num dos bairros da cidade que maior relevo terá no futuro, e constituirá esta obra, pela sua graça, beleza e espiritualidade mais um documento a afirmar hoje e no futuro a existência do movimento progressivo de arte religiosa do País”.

Alguns dias mais tarde – a 9 de dezembro –, este serviço remeteu o anteprojeto ao Patriarcado de Lisboa para que o Pe. José Francisco Viçoso Freire se pronunciasse sobre o mesmo, o que fez a 29 de dezembro, num parecer escrito onde teceu as mais diversas críticas ao trabalho, que dividiu em três categorias. Na primeira, de ordem litúrgica, manifestou o inconveniente da localização externa do batistério, “pois, que me conste, só no período basilical, e não no clássico, o batistério era um corpo independente e isolado da Igreja, porque o ritual de então, bastante diferente do actual, a isso se coadunava”. Na segunda categoria debruçou-se sobre aspectos do serviço religioso, como “os altares laterais [que] parecem não estar suficientemente vedados dos lados para evitar, durante a celebração da Missa, os inconvenientes do aglomerado do povo” ou a “torre, que parece alta demais”. Na terceira focou-se em “espaços desperdiçados”, como o deambulatório: “Para quê, se não há capelas absidais?” Ficava, portanto, um tom algo depreciativo deste “templo de inspiração bastante original, tendendo [o arquiteto] mais a criar, ao que parece, a impressão de novidade do que de lógica no conjunto”. Era talvez um problema com a modernidade e de preconceção de formas religiosas. É que no “conjunto do edifício, por fora, (...) não se vê o telhado (...), não parece [por esse motivo] pouco religioso?”

Este parecer gerou bastante mal estar junto da Cúria Diocesana de Coimbra, dando origem a uma carta dirigida ao Diretor Geral dos Serviços de Urbanização pelo Pe. António Nogueira Gonçalves, fundador do Instituto de História de Arte da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, onde foi professor. A 19 de abril, a longa missiva – 11 páginas – procurou prestar vários esclarecimentos considerados necessários, defendendo por diversas vezes o trabalho do arquiteto Januário Godinho: “Para conhecer a tal «lógica no conjunto e no pormenor» era necessário que [o Pe. José Francisco Viçoso Freire] tivesse tido um curso sério de arquitectura, porque não são leituras banais que dão essa noção. Fica, desta forma, um técnico

consciosos e de mérito, exposto a levianas e ignaras críticas e, para mais, de mãos atadas perante quem não sabe nem pode dirigir mas que o censura com palavras de vago sentido. Causará espanto para uns e de riso para outros confrontar esta afirmação do referido padre com a informação do arquitecto dos Serviços de Urbanização [Álvaro da Fonseca], pessoa notoriamente conhecida como dos mais competentes”.

Quanto à carta, começou por demonstrar a ilegalidade canónica do parecer: “Não se pode presumir nem que S. Excelência o Ministro quisesse esbulhar as cúrias do direito próprio de orientar liturgicamente os edificios religiosos, nem, da mesma forma, S. Eminência o Patriarca quisesse passar além dos seus limites canónicos. O defeito provém única e exclusivamente do referido padre [José Francisco Viçoso Freire] que, julgando-se elevado a uma situação que juridicamente não podia ter, se atribuiu faculdades que ninguém lhe quisera dar (...), esquecendo as lições de direito canónico que devia ter recebido no seu curso, e que a supremacia do Patriarca relativamente aos bispos é de mera dignidade, digamos em termos correntes, de cortesia, e que em tudo quanto é administrativo as dioceses só dependem da Santa Sé”. Seguidamente, quanto ao estilo da igreja, lembrou que quando o Código de Direito Canónico prescreve “que se guardem as formas tradicionais não quer, o mesmo código, impor um estilo do passado, mas evitar só que se vá para excentricidades de construção, nada acomodadas ao fim dos edificios”. Rebateu de seguida, ao longo de várias páginas, cada frase do Pe. José Francisco Viçoso Freire, “um ignorante das coisas mais elementares que vem fazer imposições a técnicos”, e concluiu: “Depois de atravessarmos esta série de infantilidades do padre referido vem a pergunta: – Que anotações importantes quer de ordem litúrgica, técnica ou de qualquer outra ordem aparecem naquilo que pomposamente é apresentado como um PARECER? Nenhumas, meras impertinências. É um ignorante que fala”. Depois deste escrito, o assunto da construção da igreja conheceu um prolongado silêncio, a que não terá sido alheia a morte de D. António Antunes, a 20 de julho de 1948, e a demora da entrada na Diocese de D. Ernesto Sena de Oliveira, concretizada apenas a 13 de março do ano seguinte. Sete meses depois, a 31 de outubro de 1949, o novo Bispo de Coimbra incluiu a construção da igreja de S. José na lista das obras prioritárias a participar na sua diocese.

6.

Januário Godinho trabalhou no projeto da igreja de São José até 18 de novembro de 1950. Numa extensa memória descritiva – 14 páginas –, o arquiteto apresentou e justificou as suas decisões, começando por resumir o programa composto por três valências complementares: a igreja, constituída por uma única nave; a “Obra da Igreja”, que correspondia a “um agrupamento de serviços vulgarmente instalados nas criptas”; e a residência paroquial, organizada em três pisos. Estes edificios foram

distribuídos em volta de um amplo adro comum criado com a intenção de “dotar a igreja de ambiente próprio, já que o local é desprovido de características naturais que valorizem e defendam o conjunto”. Em lugar de destaque, liberta no ponto mais elevado do terreno, situou-se a igreja, “cuja arquitectura foi concebida com a intenção de constituir o elemento dominante da urbanização local”.

Na sua composição sobressaía a solução simultaneamente decorativa e construtiva das paredes laterais, que a partir da altura de quatro metros seriam formadas por “uma grelhagem enquadrada nos tramos dos pilares, à maneira das construções góticas; esta grelhagem é constituída por uma série de elementos diferentes e prefabricados que, uma vez montados segundo composição cuidada, formam painel único de efeito surpreendente e variado”. De acordo com o arquiteto, pretendia-se obter, “salvo as devidas proporções, um ambiente semelhante ao das grandes catedrais, em que o jogo de luz é o principal objectivo; neste caso, a grelhagem constitui uma estilização adequada aos tempos modernos em que a prefabricação dos elementos vai suprir o custo inacessível desta grelhagem feita segundo os processos antigos”. Quanto aos espaços vazios da grelhagem seriam fechados com vidro colorido, em tons simples e sem figuras.

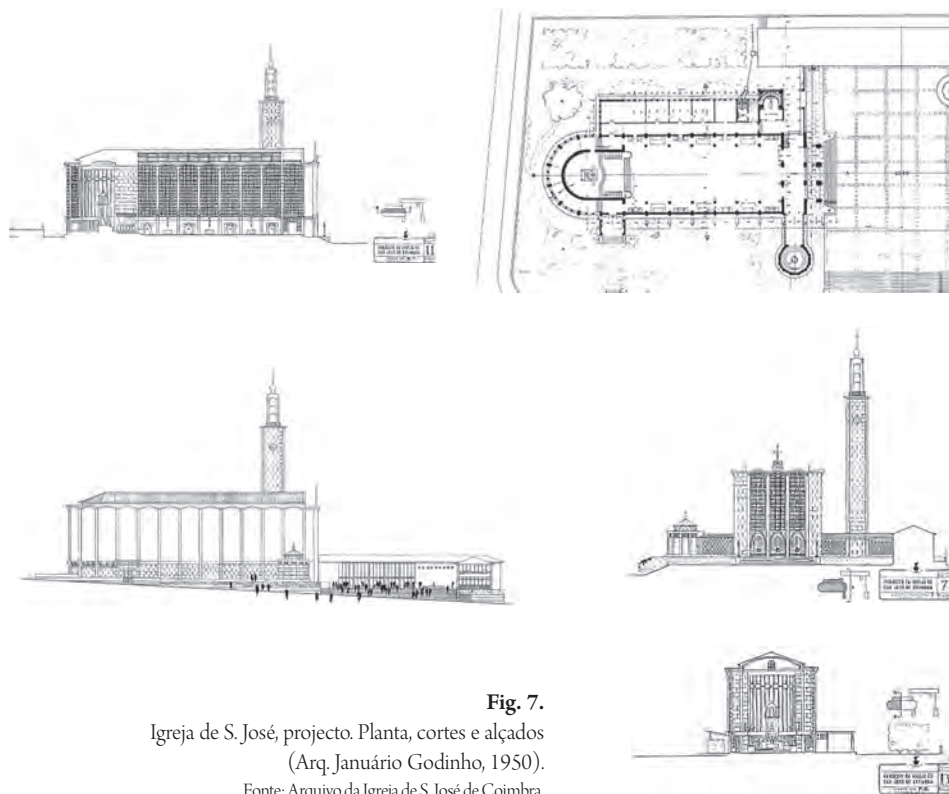


Fig. 7.

Igreja de S. José, projecto. Planta, cortes e alçados
(Arq. Januário Godinho, 1950).

Fonte: Arquivo da Igreja de S. José de Coimbra.

Januário Godinho concebeu, deste modo, “uma igreja moderna que, para além da sua elevada função espiritual, possa contar aos vindouros, na medida do possível, um pouco da história da arte e da técnica de construção do nosso século”. Considerando que “soluções anacrónicas são contrárias às próprias leis tradicionais da arquitectura religiosa, onde a verdade e a clareza aparecem gravadas nas primeiras pedras de fundação”, o autor fez questão de citar “as palavras lapidares e decisivas” proferidas em 1938 pelo Cardeal Patriarca de Lisboa D. Manuel Cerejeira, a propósito da inauguração da Igreja de Nossa Senhora de Fátima, em Lisboa: “Todas as formas artísticas do passado foram modernas em relação ao seu tempo. A Igreja dos nossos dias devia traduzir, em quanto lho permitisse o carácter sacro e a finalidade cultural, as expressões da técnica e da arte contemporâneas. Copiar cegamente formas artísticas de outras épocas será fazer obra de arqueologia artística, mas não é seguramente obra viva de arte”. Mostrava assim que a arquitectura proposta para a igreja de S. José estava desde logo superiormente justificada, pelo que era devido o apoio para a obra que orçamentou em 7.875.200\$00.

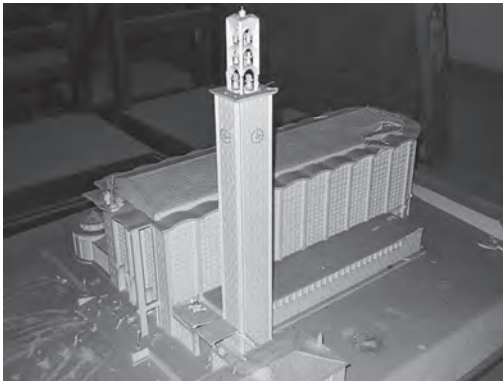


Fig. 8.

Igreja de S. José, projecto. Maquete (Arq. Januário Godinho, 1950).

Fonte: Arquivo do autor.

7.

Com o projeto na mão, o Pe. Aníbal Dias Pacheco avançou com um pedido ao Ministro das Obras Públicas a 30 de janeiro de 1951 no sentido deste contemplar aquela obra “(pelo menos, quanto às fases iniciais) entre as obras a participar neste ano de 1951”. Poucos dias depois, a 14 de fevereiro, o teor da missiva foi reforçado por D. Ernesto que dirigindo-se ao Director Geral dos Serviços de Urbanização lhe solicitou, mesmo sabendo “quão grandes são as restrições económicas (...), que faça, da sua parte, tudo o que puder em ordem a, logo que possível, poder começar-se a construção para animar os fiéis a avolumar o pecúlio que já se conseguiu juntar (...). Vai nisso o interesse da Igreja mas vai também o interesse do Estado

que, com a construção duma Igreja condigna naquele local, resolve em parte um grave problema de urbanização numa cidade como Coimbra e num bairro como aquele em que é tão grande o desenvolvimento populacional”. Sem que aquele prelado previsse, surgiu então uma reorientação estética do edifício por parte das entidades oficiais, justificada com o elevado custo previsto para a nova igreja e de uma possível comparticipação financeira pelo Estado. De facto, para que recebesse esse tipo de ajuda, a obra não poderia ultrapassar os 2500 contos, valor que D. Ernesto aceitou ser suficiente para se “fazer uma Igreja suficientemente espaçosa e bela, embora simples”. Como modelos foram-lhe indicadas as igrejas em construção de Nossa Senhora da Conceição, Caldas da Rainha (Vasco Regaleira, 1950-51) e do



Fig. 9.

Igreja de N. Sra. da Conceição, Caldas da Rainha
(Arq. Vasco Regaleira, 1950-51).

Fonte: <http://zeventura.blogspot.com/2018/10/igreja-nossa-senhora-da-conceicao.html>



Fig. 10.

Igreja do SS. Salvador do Mundo, Bombarral
(Arq. Fernando Barros de Santa Rita, 1950-53).

Fonte: <http://bombarralilustrado.blogspot.com/2008/07/igreja-de-ss-salvador-do-mundo.html>

Santíssimo Salvador do Mundo, Bombarral (Fernando Barros de Santa Rita, 1950-53), edifícios de feição conservadora, mais ao gosto do regime.

Foi assim que D. Ernesto se deslocou às Caldas da Rainha, “para ver a Igreja que ali está em construção e de que V. Excelência me falou”. E em nova carta ao Ministro das Obras Públicas, de 1 de maio de 1951, transmitiu-lhe “francamente que gosto bastante dela. [Apesar de que] Para as necessidades de Coimbra seria pequena. A capela-mor sobretudo parece-me que precisava de ser maior. Mas agradou-me muito o conjunto. O arquitecto [Vasco Regaleira] de facto revela muito bom gosto”. Quatro dias depois pediu o Ministro à Direção Geral de Urbanização

que se confrontasse o projeto da igreja de S. José de Coimbra com o da igreja das Caldas da Rainha. De igual modo pediu um parecer sobre a proposta do arquiteto Januário Godinho ao Conselho Consultivo da Direção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, entidade presidida pelo Diretor-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, Henrique Gomes da Silva, e pelos vogais Dr. Guilherme Pedroso Possolo, escultor Diogo de Macedo e arquitetos Porfírio Pardal Monteiro, Leonardo Rey Colaço de Castro Freire e Martinho Humberto dos Reis, sendo que este último, por se encontrar ausente do País, foi representado neste parecer pelo arquiteto João Filipe Vaz Martins.

Na apreciação ao projeto, começou aquele Conselho por ter em grande conta o parecer emitido pelo Pe. José Francisco Viçoso Freire do Patriarcado de Lisboa, ignorando a resposta escrita pelo Pe. António Nogueira Gonçalves em nome da Diocese de Coimbra. De modo que concluiu que, “Analisando agora o projecto, verifica-se que não foram satisfatoriamente traduzidas as observações transcritas naquela apreciação”. De igual modo, considerou que no exterior “nota-se grandes dissonâncias entre os vários elementos de composição das fachadas, onde pesa extraordinariamente a nota discordante da grande altura da torre”, em oposição do parecer previamente emitido pelo arquiteto Álvaro da Fonseca. Também negativa era “A feição de grande transparência dada às fachadas, [que] com certeza que deixará penetrar no interior luz de todos os lados, [o que] além de impróprio para o clima do nosso país, prejudicará bastante a ambiência geral da igreja que deve ter uma temperatura suave e uma luz mais discreta e mais propícia ao recolhimento. Desta maneira, encontra-se o Conselho na presença de um projecto dum igreja, que além de não satisfazer totalmente às necessidades funcionais do edifício e de apresentar inconvenientes de outra ordem, tem ainda a condená-lo o montante do seu orçamento, o qual, se afigura, poderá beneficiar de sensível redução sem contudo diminuir a superfície reservada aos fiéis”.

A mesma linha de argumentação usou o arquiteto Leonardo Rey Colaço de Castro Freire, que na sua declaração de voto considerou que “O projecto da Igreja de S. José é condenado «a priori» pelo parecer emitido pela Autoridade Eclesiástica consultada”, que aponta os defeitos existentes no “aspecto litúrgico, logo funcional, do edifício, simples facto do nosso entender, necessário e suficiente para o impedimento da sua construção”. No entanto, não deixou de acrescentar a seguinte crítica ao autor do projecto, “um dos nossos mais brilhantes arquitectos e sem dúvida o primeiro na zona Norte do País. (...) Conheço bem as possibilidades profissionais do architecto Januário Godinho, por isso condeno totalmente o projecto da Igreja de S. José para Coimbra onde (...) não consigo reconhecer o seu autor. É para mim grande surpresa reconhecer influência de estranhos num projecto de Januário Godinho”.

Em sentido contrário votou o arquiteto Porfírio Pardal Monteiro, responsável pela premiada igreja de Nossa Senhora de Fátima em Lisboa (1933-38) e defensor da arquitetura moderna. Na sua declaração começou por lembrar que “são universalmente consideradas como condições fundamentais para a reprovação de um projecto a não satisfação das exigências de ordem utilitária ou funcional do programa ou a falta de concordância entre as diversas peças do projecto”. De igual modo, a sua rejeição “com fundamento na sua expressão plástica é justificada também naqueles casos em que o autor não tenha conseguido dominar com propriedade a técnica e o jogo das formas e das proporções, de modo a atingir aquela clareza e aquela harmonia que numa verdadeira obra de arquitectura devem caracterizar, respectivamente, umas e outras”. No caso da igreja de S. José, “desde que o programa tenha sido respeitado e o projecto esteja sob o ponto de vista técnico correctamente elaborado, não vê o signatário motivo para aconselhar a sua rejeição com fundamento naquelas condições fundamentais”.

No entanto o seu parecer não terminou nestas linhas, tendo Pardal Monteiro sentido necessidade de comentar a expressão plástica proposta para a igreja, que compreendia “que possa não dar satisfação a grande número de pessoas”. Considerando que “A beleza do edifício só se verificará em rigor, pelo menos filosófica e didacticamente, quando todas as condições do programa, da clareza dos planos, das formas e das estruturas estejam satisfeitas e quando a expressão plástica traduza com sinceridade a pureza das formas vindas da estrutura que o autor concebeu, quando tais formas sejam concordantes com os materiais e o modo de construir e quando as proporções e a expressão dos pormenores e dos elementos da composição se conjuguem harmonicamente (...), a conclusão a que o signatário chega é de que o projecto para a Igreja (...) dá satisfação quanto ao seu aspecto plástico naquelas condições”.

E continuou a defesa do mesmo, enquadrando-o nos grandes projetos de arquitetura religiosa realizados em França nas décadas anteriores. “É certo que a composição em apreciação se afasta muito de certos conceitos muito correntes em Portugal sobre a arquitectura. Mas não apresenta para quem conheça a evolução que esta arte maior tem sofrido nos últimos 30 anos sobretudo quando se pretende fazer uso quase exclusivo do betão armado, nada de revolucionário, nem sequer de original. Pelo contrário, o autor deste projecto deve ter-se inspirado na obra de Auguste Perret, universalmente conhecida, nomeadamente na das suas célebres igrejas dos arredores de Paris mandadas edificar pelo Cardeal Mercier há vinte e seis anos, e na grande igreja de Santa Joana d'Arc em construção em Paris”.

Para Pardal Monteiro, as igrejas desenhadas por Auguste Perret, “se exteriormente surpreendem pela expressão nova resultante de deixar aparente a estrutura do próprio material com que constrói, quando vistas no interior (...) deslumbram

**Fig. 11.**

Igreja de Notre-Dame, Raincy (Arq. August Perret, 1922-23).

Fonte: <http://www.postalesinventadas.com/2010/04/eglise-notre-dame-du-raincy-dear.html>**Fig. 12.**

Igreja de Sainte Joan d'Arc (Arq. August Perret, não construída).

Fonte: <https://architectura.wordpress.com/oeuvres-dauguste-perret/projets/projet-pour-basilique-sainte-jeanne-darc-paris/>

quantos as conhecem, tendo levado às confissões de agrado mais surpreendentes, por parte de pessoas predispostas à rejeição de tal concepção arquitectural”. Considerou, portanto, que aquele arquiteto francês pretendia “reconduzir a arquitectura à pureza dos princípios que conduziram às realizações gregas, românicas e góticas, isto é, àquelas arquitecturas em que a estrutura, os materiais e as formas são evidentes, claras e dominadoras e se apresentam, nas suas boas fases, sem as deformações, nem os falseamentos que caracterizam outras arquitecturas, mesmo das consideradas clássicas. É nesta escola, há cerca de 30 anos criada pelas concepções daquele célebre arquitecto, (...) que se filia a concepção estética da igreja que o arquitecto Januário Godinho projectou para Coimbra. Subordinadas aos princípios técnicos e estéticos que resultam das concepções de Perret têm-se erguido por muitas partes templos que a própria Igreja reputa perfeitos e este que agora se aprecia é obra de um dos nossos arquitectos mais competentes”. Concluiu, por conseguinte, que não podia, “em consciência, (...) deixar de emitir parecer favorável à aprovação do projecto para a Igreja de Coimbra, porque, dentro da expressão que o autor preferiu, não contraria os preceitos clássicos da arquitectura”. Apesar dos fortes argumentos apresentados, Pardal Monteiro votou isolado a 15 de junho de 1951, tendo os restantes membros do Conselho Consultivo aprovado o parecer negativo, que foi remetido ao Ministro das Obras Públicas e por este homologado.

A 10 de julho, o Diretor Geral dos Serviços de Urbanização tratou então de informar o Bispo de Coimbra da não aprovação do projeto de Januário Godinho,

sendo que “Pelo mesmo despacho determinou Sua Ex^a [o Ministro das Obras Públicas] que se aconselhasse a entidade interessada na realização da obra, a promover a elaboração de outro estudo cujo orçamento não vá além dos 2.500 contos, o que se afigura perfeitamente possível à vista do conseguido noutros casos, como os das Igrejas do Bombarral e das Caldas da Rainha”. D. Ernesto respondeu a 30 de junho, agradecido pela prometida comparticipação de 1.250 contos, mas preocupado com “a escolha dum novo Arquitecto. Pelo que me consta (...), parece não poder já contar-se com o concurso do Sr. Arquitecto Godinho, desde que foi condenado o projecto deste. Compreende-se. Ele tinha sonhado fazer uma Igreja tal qual a concebeu e vê-se agora impossibilitado de realizar esse sonho. Para um artista isso é o suficiente para o desanimar e levá-lo a preferir não recomeçar o trabalho”. Era “por isso, necessário, como V. Ex^a diz, escolher novo arquitecto. Os membros da Fábrica têm nisso um bocadinho de repugnância, pois receiam magoar o Sr. Arquitecto Godinho, a quem só devem atenções”. Neste contexto retomou um pedido antigo, o da assistência técnica concedida pelo Estado, que neste caso daria “uma solução oportuna, pois, nessa hipótese, o Sr. Arquitecto Godinho nada tinha de que se magoar”. E avançou com uma proposta: “Lembro-me de que talvez fosse viável ser confiado o projecto ao Sr. Arquitecto Álvaro da Fonseca (...). Venho pois pedir a V. Ex^a que patrocine esta pretensão junto de Sua Excelência o Senhor Ministro das Obras Públicas a quem vou também escrever, mandando-lhe cópia desta carta e insistindo nesta ideia”.

8.

A 28 de agosto de 1951 a ordem chegou ao Director de Urbanização do Distrito de Coimbra para que este diligenciasse “que o estudo do novo projecto (...) seja elaborado pelo Sr. Arquitecto Álvaro da Fonseca³ em regime de assistência técnica”. Assim aconteceu, tendo este desde logo elaborado um estudo que foi entregue ao Director Geral dos Serviços de Urbanização. Sugeridas superiormente diversas alterações, deu seguimento à elaboração do projeto, que estava a ser executado em fevereiro de 1952, conforme atesta carta de 28 daquele mês entre o Director de Urbanização do Distrito de Coimbra e o Director Geral dos Serviços de Urbanização. A demora na sua finalização levou D. Ernesto a dirigir-se ao Ministro das Obras Públicas com o desabafo de que o arquitecto Álvaro Fonseca “é óptimo em todo o sentido e a quem estou gratíssimo por muitos motivos. Mas não há moça sem...

3 Álvaro da Fonseca, arquitecto, foi Director dos Serviços de Urbanização do Centro, vogal do Conselho Superior de Obras Públicas, membro da Comissão de Estética de Coimbra e de uma Comissão para a classificação de móveis e imóveis com valor arqueológico, histórico, artístico ou paisagístico. Integrou ainda a Comissão de Obras da Cidade Universitária de Coimbra. Ao longo da sua vida profissional fez o acompanhamento de diversas obras do Estado.

senão!... Leva muito tempo a fazer as coisas... Não o posso estranhar pois sei que não só tem muito que fazer mas está também com pouca saúde”. Por reçar que o atraso no projecto pudesse dificultar a utilização da verba concedida para aquele ano, lembrou-se “de que uma só palavra de Vossa Excelência a mostrar-lhe que tem urgência no caso podia ser de efeito quase taumatúrgico”. No entanto, o arquitecto Álvaro da Fonseca tinha efectivamente em mãos vários projetos em simultâneo e isso mesmo foi transmitido ao Bispo de Coimbra.

Foi preciso esperar até dezembro de 1952 para a apresentação do projeto por Álvaro da Fonseca. Se este mantinha várias opções da proposta de Januário Godinho – como a orientação ou o desenvolvimento longitudinal –, revelou diversas diferenças que mostravam responder às críticas que levaram à rejeição do antecessor. Segundo a nota descritiva de Álvaro da Fonseca “projectando-se a igreja para

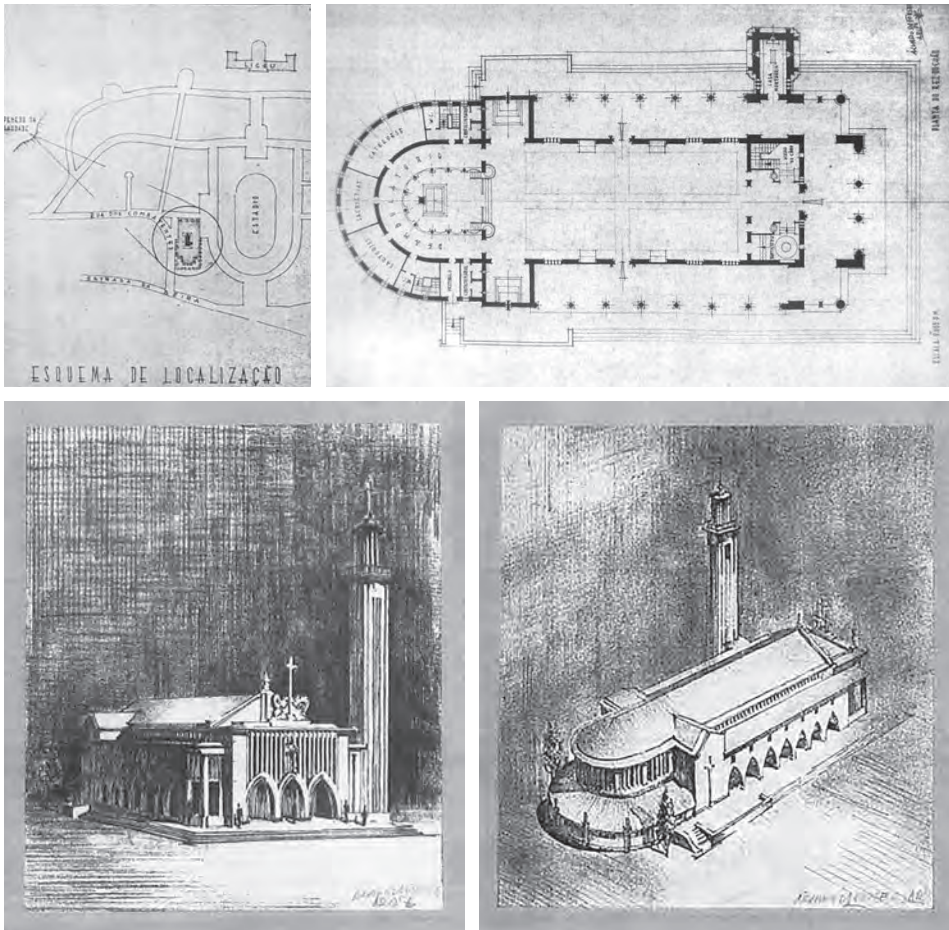


Fig. 13. Igreja de S. José, anteprojecto. Plantas e perspectivas (Arq. Álvaro da Fonseca, 1952).
Fonte: Arquivo da Igreja de S. José de Coimbra.

uma cidade de valioso passado artístico, procurou-se conjugar os elementos tradicionais da nossa arquitectura com as orientações do presente. Assim, para a valorização das fachadas, envolveu-se a nave por uma galeria que forma um estilizado claustro aberto e, para evitar que as zonas de serviço desequilibrassem os volumes arquitectónicos, estabeleceram-se as mesmas em ligação com a capela-mor, dando a sugestão dos deambulatórios tradicionais”.

Quanto ao interior da igreja, era composto por uma só nave, precedida de um pequeno átrio interno donde se acedia também quer à escada do coro, que envolvia superiormente a nave, quer ao batistério, que se manteve junto à entrada principal da igreja mas agora integrado no seu volume principal. Próximo da capela-mor situavam-se duas capelas laterais que pela sua altura e profundidade formavam um transepto com expressão suficiente para dar um cariz cruciforme à planta da igreja. A capela-mor, de remate semicircular, era envolvida pelo referido deambulatório de acesso às sacristias, cartório e outros serviços, que tinham também acesso pelo exterior. Este corredor encontrava-se separado da capela-mor “por meio de colunas cuja base de apoio é cheia até determinada altura”. Em termos de iluminação, “A nave fica mergulhada em penumbra pelo condicionamento de aberturas laterais. A capela-mor, porém, inunda-se de luz que lhe vem duma série contínua de aberturas que envolvem todo o deambulatório”. Quanto à torre sineira, à semelhança da proposta por Januário Godinho, situou-se separada do volume principal. Ficava, no entanto, “ligada à galeria claustral envolvente, tanto para dar isolamento e capacidade à casa mortuária [situada na sua base], como também para se obter independência total de todos os elementos verticais da sua composição”. Esperava assim o arquitecto, “Pela composição da planta e dos alçados (...) ter obtido harmonia entre os elementos tradicionais e as correntes artísticas contemporâneas”.

9.

Seis meses depois – a 23 de junho de 1953 –, a ausência de sinais de arranque da obra levou à publicação de uma notícia no periódico *Diário de Coimbra* com o título “Quando se dará início à construção da nova igreja de S. José?”. Nas suas curtas linhas chamou-se a atenção para a urgência do levantamento “do novo templo de S. José. [Pois] As cerimónias religiosas que ali se vêm efectuando são nitidamente prejudicadas pela falta de uma igreja que proporcione ao Culto o ambiente necessário, e aos fiéis a possibilidade de a ele assistirem em condições de se poderem integrar, com a atenção e o respeito devidos, na sequência dos actos religiosos”. Crendo que “as dificuldades vêm do Ministério das Obras Públicas, uma tentativa séria por parte de quem de direito não deixaria de as aplanar”. Pediu-se, por esse motivo, “uma tentativa cuja iniciativa partisse da Câmara ou do venerando Prelado da Diocese,

junto do sr. eng. Frederico Ulrich, [dado que este] poderia abreviar este problema que, para prestígio do Culto, já deveria estar resolvido”. A Secretaria Episcopal tratou então de emitir um esclarecimento, que foi publicado pelo mesmo jornal no dia seguinte. Ali se afirmou que “foram feitas já e desde há muito todas as diligências necessárias junto do Ministério das Obras Públicas”, o Senhor Ministro “assegurou já há muito a comparticipação da referida obra”, “os Serviços de Urbanização (...) têm mostrado pela obra especial interesse e carinho” e “tudo está agora pendente de certas realizações preliminares (confiadas por sinal a quem tem sido duma dedicação, generosidade e competência raras) que estão em adiantado curso e devem terminar em curto prazo”. Pedia-se, por isso, “que não tenham pressa exagerada os que não conhecem as dificuldades que tais assuntos suscitam”.

Curiosamente, nesse mesmo dia de 24 de junho de 1953 escreveu D. Ernesto ao Diretor Geral dos Serviços de Urbanização a propósito da igreja de S. José, “neste momento a obra desta Diocese que, sob certos aspectos, mais me preocupa”. De facto, “mercê de circunstâncias (...) que nem a Fábrica da Igreja de S. José nem eu temos podido modificar, o projecto não se encontra ainda pronto”, pondo em risco a comparticipação financeira prevista para aquele ano. Pediu-se assim o alargamento do prazo normal de entrega do projecto, que segundo informação iria “ser apresentado dentro de dias devidamente concluído”. O pedido foi aceite pelo Ministro das Obras Públicas dois dias depois, que de igual modo solicitou uma conclusão célere do trabalho. No dia seguinte, o anteprojecto da igreja de S. José, acompanhado de uma maquete, foi então enviado ao Diretor Geral dos Serviços de Urbanização pelo Diretor de Urbanização do Distrito de Coimbra. Foi superiormente apreciado e aprovado, à condição de serem realizadas pequenas alterações de pormenor.

Os meses passaram depressa, chegando a notícia no começo de outubro de que o projecto de arquitetura se encontrava ainda em execução. Álvaro da Fonseca, durante as suas horas livres ou de licença, trabalhava o melhor possível, com a colaboração na parte de engenharia do Engenheiro António Manuel de Jesus Cardoso. Em comunicação dirigida ao Diretor de Urbanização do Distrito de Coimbra, o arquitecto reafirmou o seu “maior interesse em realizar este projecto. (...) Trata-se porém de um trabalho subordinado a grandes condicionamentos, tanto impostos pelo local onde se implanta a Igreja, como pela economia com que se pretende realizar a obra, sem diminuir a capacidade do templo ou desvalorizar a sua expressão arquitectónica; para se obter a finalidade que se pretende o trabalho tem que ser demoradamente considerado em todos os seus pormenores, o que de certo modo origina a demora da sua conclusão”. Esta chegou durante o mês de outubro quando Álvaro da Fonseca entregou “à consideração superior” o esperado projecto, baseado “em estudos desenhados e num estudo em vulto que em devido tempo foram apreciados pelas entidades oficiais”. A nota descritiva e justificativa pouco diferiu da apresentada no

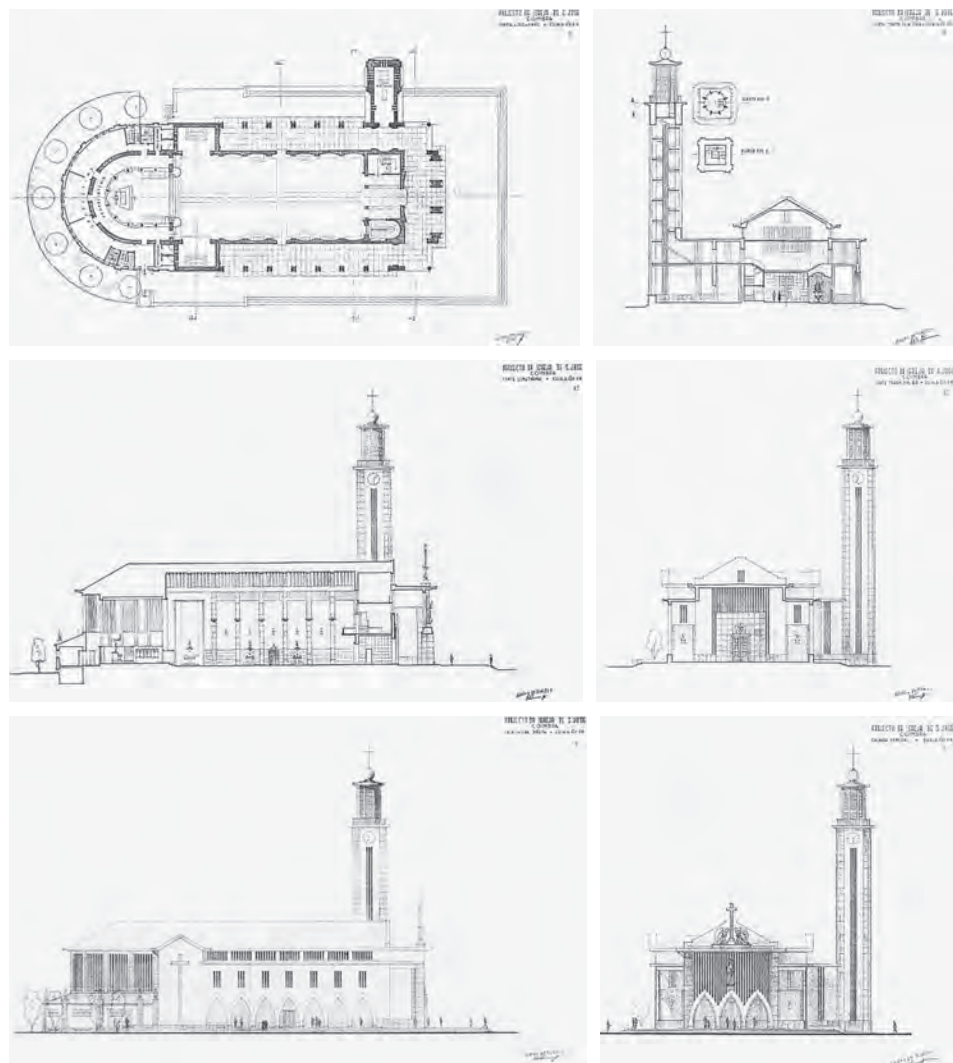


Fig. 14. Igreja de S. José, projecto. Plantas, cortes e alçados (Arq. Álvaro da Fonseca, 1953).
 Fonte: Arquivo da Igreja de S. José de Coimbra.

anteprojecto. Com algum desenvolvimento, deu conta dos materiais e acabamentos propostos, tal como do orçamento previsto, 2.980 contos, sendo que “Os altares, imagens, candelabros, bancos e o restante equipamento interno não foram incluídos no orçamento porque constituem o apetrechamento da Igreja”, tal como “Os arranjos exteriores (...) pois que estas obras terão de obedecer ao arranjo urbanístico futuro que definitivamente seja determinado para a zona envolvente da Igreja”.

Pouco tempo passado, a 7 de novembro, o Diretor de Urbanização do Distrito de Coimbra enviou o seu parecer sobre o projecto ao Diretor Geral dos



Fig. 15. Igreja de S. José, em construção.

Fonte: <http://www.diocesede Coimbra.pt/noticias/site/parquia-da-se-nova:787>

Serviços de Urbanização. Quanto à arquitetura, lembrou que o projecto pouco diferia do anteprojecto, devidamente aprovado pelo Conselho Consultivo da Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais. Por esse motivo, limitou-se “a dizer que as excelentes qualidades de artista e de técnico, do Arquitecto Álvaro da Fonseca, conseguiram projectar uma obra de grande vulto, de aspecto quase imponente, aplicando só materiais tradicionais e processos muito simples; disso resultou um orçamento chocantemente baixo. Isso era uma das constantes do problema”. Relativamente à parte de cálculos e medições, referiu que “O sector que se nos afigura mais melindroso é o sector de fundações. [Pelo que] Para este o autor pediu um estudo e orçamento especiais a uma casa especializada”.

Considerando que o projecto estava concluído, segundo ordens do Ministro das Obras Públicas foram afixados os editais com vista à adjudicação da obra, sendo o valor base de licitação 2.980.000\$00. Apresentaram-se a concurso seis empresas: José Domingues de Oliveira (3.150.000\$00), Joaquim António Branco (3.075.000\$00), Construções Telba Lda (2.894.500\$00), Martins Figueiredo Lda (2.829.800\$00), António Veiga (2.749.398\$00) e Simões Pereira e C^a Lda (2.434.000\$00). A esta última, por ter apresentado a proposta mais baixa, mas também por ser bem conhecida em Coimbra, foi adjudicada a obra da igreja de S. José. A escritura de empreitada, celebrada a 24 de dezembro de 1953, foi assinada pelo Pe. Aníbal Dias Pacheco enquanto presidente da Fábrica da Igreja de S. José e pelo Eng^o José de Paiva Simões Pereira, sócio gerente da empresa Simões Pereira e C^a Lda.

10.

A 19 de março de 1954 teve lugar a cerimónia de bênção da primeira pedra, tendo estado presentes o Bispo de Coimbra D. Ernesto Sena de Oliveira, o Engenheiro Diretor de Urbanização de Coimbra José Horácio de Moura, o Presidente da Câmara Municipal de Coimbra Dr. José Maria Correia Cardoso, os membros

**Fig. 16.**

Igreja de S. José, após inauguração.

Fonte: <https://www.pinterest.pt/pin/448248969156178023/>

da Comissão pró-construção da nova igreja e ainda o arquiteto Álvaro da Fonseca e os seus colaboradores, para além de muitos paroquianos e conimbricenses. A receção provisória da obra foi feita três anos depois, a 23 de janeiro de 1957, depois da aprovação feita pelo Engenheiro Diretor de Urbanização de Coimbra José Horácio de Moura, o arquiteto Manuel Travassos Valdez da mesma Direção de Urbanização e o Pe. Aníbal Dias Pacheco em reunião realizada dois dias antes. 3.102.072\$00 foi o custo efetivo final, valor que não incluía os elementos decorativos e diversos equipamentos da igreja.

De modo que em abril de 1957 Álvaro da Fonseca tratou de apresentar novo anteprojeto, desta feita “da conclusão do Templo, da «Obra Social da Igreja» e do arranjo urbanístico do local”. Relativamente ao primeiro item, referiu que depois de “levada a bom termo a construção geral da Igreja de S. José, (...) torna-se necessário completar a obra, dotando o templo com determinados acabamentos para a sua valorização interna”. Tratava-se da construção do altar-mor, dos altares laterais, dos cadeirais da capela-mor, dos bancos com genuflexório da nave, do sistema de som, do relógio, dos sinos, das pinturas artísticas a fresco nas paredes laterais e no arco cruzeiro, de imagens, candelabros, pias de água benta e das caixas de esmolos. A realização destes trabalhos foi orçamentada em 658 contos. Na posse desta informação, o Diretor de Urbanização de Coimbra dirigiu nova carta a 1 de julho de 1957 ao Diretor Geral dos Serviços de Urbanização, solicitando autorização para lançar quanto antes concurso público com a base de licitação estimada, uma vez que a igreja não podia “ser aberta ao culto sem algumas das coisas fundamentais previstas nesta fase”. Na realidade, e conforme comunicou o Pe. Aníbal Pacheco ao Ministro das Obras Públicas apenas dois dias depois, “terminada a 1ª fase (construção apenas do edifício), as obras estão paradas, com o templo fechado, já a deteriorar-se, faltando todo o arranjo interior”. Pediu, por esse motivo, uma comparticipação “o mais urgentemente possível e na totalidade”, que permitisse “que se faça já todo o arranjo interior da igreja e também a construção

da obra social”. Segundo Álvaro da Fonseca, esta compreendia “a construção de um salão de reuniões, salas para trabalhos culturais e culturais, posto médico com pequeno dispensário anexo, cantina para distribuição da sopa aos pobres e ainda a residência paroquial e a do sacristão. Esta obra, orçamentada em 1.343.500\$00, seria implantada por detrás da capela-mor, no limite tardoz do terreno da igreja.

Posteriormente, descentendimentos com um vizinho quanto às delimitações da propriedade do terreno da igreja levaram ao abandono do estudo realizado por Álvaro da Fonseca, que elaborou uma nova proposta, condicionada às novas dimensões e configuração do terreno. Alterações ao programa obrigaram à elaboração de um terceiro estudo, que foi completado com o projeto completo da residência

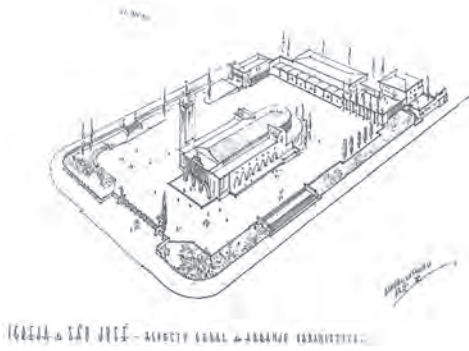


Fig. 17.

Casa da obra social da igreja de S. José, 1º estudo, perspectiva (Álvaro da Fonseca, 1957).

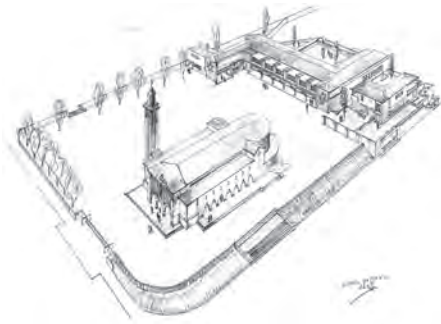


Fig. 18.

Casa da obra social da igreja de S. José, 3º estudo, perspectiva (Álvaro da Fonseca, c.1959).

Fonte: Arquivo da Igreja de S. José de Coimbra.

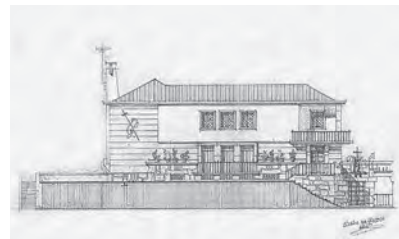
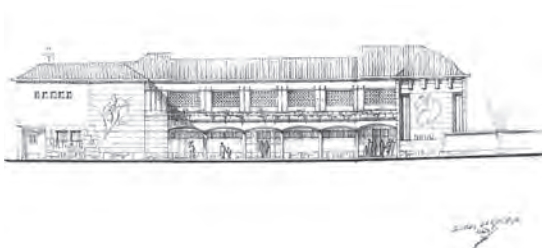


Fig. 19. Casa da obra social da igreja de S. José, 3º estudo, alçados (Álvaro da Fonseca, c.1959).

Fonte: Arquivo da Igreja de S. José de Coimbra.

paroquial. No entanto, também esta terceira versão acabou por não sair do papel, em resultado de reajustamentos decorrentes do antepiano de urbanização e de compromissos anteriores entre a Câmara Municipal de Coimbra e os proprietários dos terrenos contíguos à igreja.

11.

Apesar da recepção definitiva da obra ter ocorrido a 11 de abril de 1960, foi preciso esperar dois anos pela sua inauguração. Por se encontrar doente D. Ernesto, foi D. Manuel de Jesus Pereira, Bispo Auxiliar, que sagrou a igreja no dia de S. José, a 19 de março de 1962. Ainda despida das intervenções artísticas, a luz interior da igreja e em particular da capela-mor foi então largamente elogiada. No 17º boletim paroquial o Pe. António Nogueira Gonçalves louvou “o vasto interior, bem proporcionado à assembleia religiosa, orientando esta para o ponto central do culto, o altar-mor, [e que] goza daquela luz convenientemente doseada ao fim, formando uma auréola em volta do mesmo altar”. No mesmo periódico, Monsenhor Nunes Pereira, outra importante figura no campo da arte e da cultura, escreveu que o novo templo, “bem iluminado, é dominado pela capela-mor de terminação semicircular tendo ao centro o altar de mármore e o trono sob um baldaquino dourado”, compondo uma solução modestamente inspirada na concebida pelo arquiteto Porfírio Pardal Monteiro para a igreja de Nossa Senhora de Fátima, em Lisboa.

O seu autor, Álvaro da Fonseca, foi naturalmente também alvo das atenções no dia da inauguração, tendo sido interpelado pelos meios de comunicação social. Questionado pelo *Correio de Coimbra* sobre as arcadas exteriores na frente



Fig. 20.

Igreja de Nossa Senhora de Fátima, Lisboa. Baldaquino.

(Arq. Porfírio Pardal Monteiro, 1938).

Fonte: Fundação Calouste Gulbenkian – Biblioteca de Arte.

Foto Mário Novais (CFT003 100755.ic).

e lados do edifício respondeu: “A pergunta tem a sua razão de ser, pois à primeira vista parece que essas arcadas laterais estão ao contrário, isto é, deveriam estar por dentro. Mas houve motivos. Primeiramente, como já lhe disse, o primitivo orçamento foi reduzido para menos de um terço, e a riqueza das paredes foi suprida pela arcaria que com o seu traçado e sombras profundas dá relevo ao templo, tanto mais que ele é visto de diversos planos. Mas há outra razão de mais peso: as arcadas na frente e aos lados não são inúteis. Os fiéis que chegam para os actos do culto podem trocar impressões. Os que saem cumprimentam-se e conversam um pouco, ao abrigo da chuva ou do calor. A assembleia religiosa não termina assim abruptamente. As arcarias são um prolongamento da igreja, e mais, são a afirmação de que a igreja está sempre pronta a receber os que vierem, de dia ou de noite. As antigas igrejas e ermidas possuíam alpendres e arcadas. As igrejas de peregrinação não as dispensam”.

Quanto à nova igreja de S. José lembrou que era “para todos. É o lugar da assembleia dos fiéis”. E falou também da luz: “O arquitecto tem de primeiramente criar um espaço, e depois dar-lhe luz razoável e condições que permitam uma boa realização da assembleia. Essas condições mínimas parece que as conseguimos”. No entanto, considerou que a igreja “carece, ainda, de uma decoração que realce o arco triunfal; as paredes laterais precisam de ser valorizadas com decorações de cantarias; faltam outros elementos de valorização, como sejam as esculturas... mas o projecto era de onze mil contos e teve de reduzir para três mil...”.

A intervenção de artistas plásticos acabou por realizar-se quer no exterior quer no interior da igreja. Na fachada principal colocaram-se dois grupos escultóricos de dimensão quase excessiva, ambos concebidos pelo artista açoriano Numídico Bessone Borges de Medeiros Amorim (1913-1985): S. José com o Menino e Dois anjos com cruz. Para o interior da igreja, a escultora Maria Amélia Carvalheira (1904-1988) concebeu diversas peças, nomeadamente as esculturas de Nossa Senhora e de S. José com o Menino, colocadas nas capelas laterais, e a Via Sacra, obras serenas e de traço seguro.

12.

Inaugurada a igreja, as atenções voltaram-se para a obra social. No início do mês de agosto, o Pe. Aníbal Pacheco e Álvaro da Fonseca retomaram o assunto da elaboração do projeto, que em Setembro o arquiteto confirmou que pretendia continuar a desenvolver. Em carta datada de 7 de novembro de 1962 enunciou o programa “porque do mesmo temos conhecimento absoluto”. A intitulada casa das obras paroquiais de assistência aos pobres teria dois pisos que deveriam conter um salão de festas com palco, camarins, balcão e escritório; um refeitório, cozinha

e copas para a sopa dos pobres; um dispensário com sala de tratamentos e gabinete médico; uma zona para irmãs religiosas com camarata, dois quartos, sala de trabalho e oratório; e uma habitação para o sacristão, com 4 quartos, sala e cozinha. "Atendendo às áreas necessárias para instalar os serviços constantes deste programa, mais os espaços de desafogo e de circulações", estimou a área de construção em 1.900m² e "a importância de 2.350 contos como a necessária para a realização da obra". Tratava-se, por conseguinte, de "um conjunto necessariamente de grande porte arquitectónico, dada a extensão do programa e à escala que deverá tomar em relação à Igreja de S. José (...). Por outro lado, haverá que atender à sua feição arquitectural de modo a que o edifício se integre condignamente na ampla e moderna zona urbanística de expansão da cidade, na qual se encontram já, não só a referida Igreja de S. José, como ainda o Liceu Feminino, a Escola Industrial e Comercial Brotero, a Escola do Magistério Primário, o Estádio Municipal e em cujos terrenos livres se prevê a construção de habitações particulares e de outros edifícios de destacadas características".

Todavia, em 1969, os estudos feitos não tinham sido ainda "desenvolvidos até à forma de projecto, dadas as sucessivas modificações na topografia do terreno, as quais envolveram até a redução deste, por ter sido aberta uma rua que absorveu parte da área do espaço destinado inicialmente à construção que se pretende levar a efeito". A nova planta topográfica do terreno, que o arquiteto Álvaro da Fonseca pediu a 9 de maio de 1968 e recebeu a 20 janeiro de 1969, encontrava-se novamente desatualizada em junho deste ano, pois "os Serviços Camarários procedem presentemente a obras de ajustamentos nos arruamentos circundantes da Igreja, não estando por isso definidas ainda as cotas exactas do terreno que interessam, na sua relação com o espaço destinado a adro da mesma Igreja, e com o local da "Casa das Obras" cujo projeto, bem como o arranjo urbanístico do adro, nos compete elaborar por assistência técnica". Solicitou o arquiteto, por este motivo e "Tratando-se duma obra de destacada envergadura, tanto pela característica do local a que é destinada, como pelo programa a que a mesma deverá subordinar-se, o qual faz menção a um refeitório para 100 pessoas, a um salão de festas para 1000 pessoas; salas de convívio, de leitura, biblioteca, jogos, capela mortuária, residência para as religiosas, consultório médico, com salas de espera, de tratamentos, serviços higiénicos, etc., afigura-se-nos que o último estudo sumário que efectuamos somente deverá desenvolver-se quando estiverem exactamente definidas as cotas do terreno". Uma vez na posse destes elementos, afirmou que "Estamos certos que o estudo sob a forma de anteprojecto poderá ser apresentado à consideração superior [no prazo de] 4 meses". Dada a menor capacidade do terreno e a dimensão do programa, acrescentou ainda que este deveria "ser reconsiderado, pela Entidade, com vista à possibilidade de reduzir a sua extensão" e pôs-se a "trocar impressões com a Entidade interessada".

A 19 de fevereiro de 1970, Álvaro da Fonseca deu conta do resultado da conversa: “Encontrámo-nos com o Reverendo Padre Aníbal Pacheco, Presidente da Fábrica da Igreja, (...) [e] Dessa troca de impressões não resultou a redução do programa anterior, ainda que para tal tivéssemos diligenciado”. E por carta remetida pelo prelado tomou conhecimento do novo, mas igualmente vasto programa da “Casa das Obras”: uma capela funerária; uma sala para recolha de roupas, géneros e mobiliário para pobres; uma sala para reuniões de Vicentinos; uma sala e gabinete para o movimento de ajuda fraterna; duas salas para escolas de amizade; uma sala para escuteiros; uma sala para serviço dos doentes; salão para festas, cinema e teatro (1000 pessoas); biblioteca para 2500 volumes; sala de jogos; sala de convívio; creche para 50 crianças; salas para apostolado, formação de crianças e para obras da juventude”. Dado que naquela data os arruamentos envolventes estavam concluídos e conseqüentemente fixadas as cotas que interessavam aos projetos, pediu Álvaro da Fonseca aprovação superior do programa transcrito “para que, em caso afirmativo, possamos fazer os referidos projectos”.

Foi preciso esperar dois anos pelo novo estudo, que propunha um edifício com três pisos que, no desenvolvimento da sua volumetria, aproveitava a diferença de cotas entre a Rua de S. José e o adro da igreja. Segundo parecer de 17 de julho de 1972 da Direção Geral dos Serviços de Urbanização, “A solução proposta encontra-se criteriosamente planificada de modo a satisfazer funcionalmente uma complexidade de serviços interligados, mas ao mesmo tempo possuindo uma conveniente independência para cada sector”. Apesar do anteprojecto não apresentar alçados do edifício, considerou-se que “a avaliar pelos esboços anteriormente feitos para os outros estudos e dada a reconhecida competência e sensibilidade artística do seu autor, estamos certos de que o partido arquitectónico deverá satisfazer plenamente a finalidade desejada sob o ponto de vista estético”. Com um custo estimado em 8.500 contos, julgou-se o anteprojecto “em condições de ser aprovado superiormente, para servir de base à elaboração do projecto definitivo”. Mas com o falecimento de Álvaro da Fonseca, o trabalho foi interrompido.

13.

Como referiu o Pe. Aníbal Pacheco em carta de 26 de março de 1973 ao Ministro das Obras Públicas, o “Senhor Arquitecto Álvaro da Fonseca – que Deus chamou a si – (...), por motivo de saúde, apesar de decorridos 10 anos..., nos deixou apenas um esboço do Centro Paroquial. FALTA, pois, COMPLETAR O PROJECTO...”. De modo que, recordando a abertura demonstrada anteriormente pelo Ministro em reunião realizada a 1 de Maio de 1969, em que perguntou “se conhecíamos algum arquitecto que (...) pudesse elaborar os

projectos, dado o estado de saúde do Senhor Arquitecto Álvaro da Fonseca”, avançou o Pe. Aníbal Pacheco com os nomes do arquiteto António Jorge Furtado Coelho Sampaio e dos engenheiros Eugénio José da Cunha e Jorge Manuel Serano Anjinho. A 12 de abril de 1973, estes técnicos apresentaram a sua proposta para a elaboração do projeto do Centro Paroquial de S. José, que foi aceite pela Direção Geral dos Serviços de Urbanização a 7 de maio. Este serviço deixou, no entanto, o reparo de que “Não refere a proposta quaisquer condicionamentos provenientes da já existência de um anteprojecto, elaborado pelo falecido Arquitecto Álvaro da Fonseca – em regime de assistência técnica – que mereceu aprovação da Entidade [Fábrica Paroquial de S. José], parecer da Direcção Geral da Cultura Popular e Espectáculos e se encontra na Câmara Municipal de Coimbra para apreciação”. Em carta de 17 de julho de 1973, responderam os engenheiros que “Quanto ao facto de na proposta inicial não se ter entrado em linha de conta com algum trabalho já existente, mais concretamente com um anteprojecto da autoria do falecido Arq. Álvaro da Fonseca, informamos V. Ex^a de que não o fizemos porque temos conhecimento que os terrenos envolventes ao Estádio Municipal têm agora um novo estudo urbanístico feito no próprio Gabinete de Urbanização da Câmara Municipal e portanto o referido anteprojecto não se poderá integrar tal como foi concebido nesse novo estudo. Além disso temos a acrescentar que também o programa inicial sofreu alteração sensível, simplificando-se e adoptando-se às circunstâncias actuais, (...) o que com a razão apresentada anteriormente vem inutilizar os estudos já existentes”. Uma vez aprovados superiormente os argumentos apresentados, os novos técnicos desenvolveram um novo projeto para a construção do salão polivalente e de uma capela funerária, que foi apresentado a 17 de dezembro de 1976. Um ano depois, a 18 de dezembro de 1977, teve início a fase de obra que se estendeu à zona envolvente da igreja, segundo proposta de arranjo urbanístico, da autoria do arquiteto paisagista Manuel Cerveira, datada de dezembro de 1978. A inauguração do salão, capela mortuária e arranjos exteriores realizou-se a 2 de fevereiro de 1980.

Em 1992, no prolongamento deste conjunto e com acesso pela Rua Júlio Dinis, foi construída a sede dos escuteiros, segundo projeto do engenheiro Luís Filipe Afonso Marques. No exterior, o autor procurou integrar este pequeno edifício semienterrado no conjunto existente, numa continuidade de formas e materiais. Internamente, o programa foi distribuído pelo espaço disponível da “forma mais utilitária possível”, recorrendo inclusive a paredes amovíveis para possibilitar diferentes tipos de ambientes e vivências.

Em 2005, no seguimento do salão, foi inaugurado o Centro de Acolhimento João Paulo II, espaço da responsabilidade das Conferências Vicentinas com entrada pela Rua dos Combatentes da Grande Guerra.

14.

Entre 1982 e 18 de dezembro de 1983 procedeu-se a uma remodelação do interior da igreja, pela mão do arquiteto António Patrício Madeira Portugal⁴. Esta intervenção, que envolveu a sacração de um novo altar em mármore, centrou-se na sua maior parte no presbitério da igreja, cuja parede de meia-altura foi elevada através da colocação de mais colunas e de vidros nos intervalos. Apesar da decisão de vedar a parede que circundava o presbitério ter sido motivada principalmente por razões funcionais relacionadas com a acústica daquele espaço, as implicações estéticas foram muito significativas. Não só se colocou, no centro do pano central, uma grande cruz que se tornou no principal foco visual da igreja, como se perdeu a delicada iluminação original, que Monsenhor Nunes Pereira elogiara no *Correio de Coimbra* de 22 de março de 1963: “capela-mor iluminada a meia-luz, muito bem distribuída”.

Ainda no presbitério foram colocados azulejos na parte inferior das paredes, tal como nas paredes laterais da igreja e das capelas laterais, cujo tecto foi ainda rebaixado em três metros.

Nesta intervenção, a pia baptismal foi deslocada desde o seu local original, no batistério junto à entrada, para o altar-mor.

No âmbito da Celebração do Jubileu do Ano Santo de 2000, várias obras foram encomendadas a diferentes artistas. Nas galerias exteriores foram inaugurados dois grandes painéis de azulejos da autoria de Vasco Berardo, pintor, escultor e



Fig. 21. Igreja de S. José, capela-mor (1962, 1983, 2001).

Fonte: CASTELHANO, João, NUNES, Mário, REBELO, João José – *S. José - Coimbra: 75 Anos de uma Paróquia Viva*. Coimbra: Diocese de Coimbra – Paróquia de S. José, 2008; FLORISTÁN, Casiano – *Para compreender a paróquia*. Arquivo do autor.

4 António Patrício Madeira Portugal, arquiteto, foi membro da Comissão de Arte Sacra da Diocese de Coimbra. Foi responsável por diversas alterações e adaptações feitas em igrejas nesta diocese durante a segunda metade do século XX.

ceramista. Inaugurados a 7 de janeiro de 2001, tiveram como tema “Cristo” (galeria nascente) e “Maria” (galeria poente).

A 16 de junho de 2001 foi colocado no presbitério o Vitral da Ressurreição, da autoria de Monsenhor Nunes Pereira, peça figurativa dividida em três tramos, o central e principal que representa a ressurreição de Cristo, ladeado por panos mais estreitos, à esquerda com cenas da vida de Cristo e à direita com os apóstolos.